

# AGENTES E AGÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MINERAL BRASILEIRA E DA FRONTEIRA AMAZÔNICA (1930-1960)

AGENTS AND AGENCIES IN THE CONSTRUCTION OF THE BRAZILIAN  
MINING POLICIES AND THE AMAZONIAN FRONTIER (1930-1960)

Antônio Cláudio Barbosa Rabello<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo<sup>2</sup> tem como argumento principal a volatilidade da fronteira amazônica, que a considera fruto de relações sociais em disputa pela condução das políticas do Estado. Para isso, utiliza o desenvolvimento da política mineral brasileira, que, ao defenderem suas principais demandas em agências da sociedade civil, buscam sua afirmação econômica e política. Considera que a década de 1930 demarca os primórdios dessa articulação política, culminando com a criação do Ministério das Minas e Energia em 1960. Os intelectuais dessas agências apresentam argumentos onde defendem a primazia da atividade da mineração para o processo de industrialização, considerado como a principal alternativa para a independência econômica do Brasil. Ao mesmo tempo, eles produzem interpretações sobre a Amazônia e de seu papel enquanto fronteira de recursos minerais.

**Palavras-Chave:** Política Mineral; Amazônia; Fronteira

## Abstract

The article's main argument is the volatility of the Amazon frontier, which is considered as a social result of relations in dispute for the conduction of state policies. Therefore, it uses the development of a Brazilian mining policy, to defend its main demands of civil society agencies, seeking their economic and political affirmation. It considers the 1930s as a landmark of this political articulation, culminating with the creation of the Mines and Energy Ministry in 1960. The intellectuals of those agencies present arguments that advocate the primacy of mining activity to the industrialization process, considering mining activities as the main alternative to the Brazilian economic independence. At the same time, they produce interpretations about Amazon and its role as a mineral resources frontier.

**Keywords:** Mining Policy; Amazon; Frontier.

<sup>1</sup> Doutor em desenvolvimento Sócio-Ambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Professor associado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), lotado no Departamento de História. Líder do Grupo de Pesquisa Jurupari: Cultura, Patrimônio, Memória e Identidade em Rondônia e pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil, sediado na Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Esse artigo é fruto da participação no IX Simpósio Nacional Estado e Poder no Brasil, onde as ideias gerais foram apresentadas em mesa redonda, em outubro de 2016, na Universidade Federal Fluminense.

## Introdução

São muitos os relatos de viagens por terras amazônicas desde o período colonial português. A floresta amazônica, com sua flora exuberante e com sua população nativa, era razão para expedições que tentavam descrevê-la e compreendê-la.

Além de preciosas descrições sobre a fauna e a flora, não era raro que os viajantes buscassem explicar como viviam as populações locais. As interpretações sobre os modos de vida e a cultura estão recheadas do olhar do colonizador que revela, sem maiores esforços, a presença da dualidade civilizado/selvagem.

A título de exemplo, podemos citar Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), que esteve na região amazônica no século XVIII em uma missão científica. Ele percorreu o rio Amazonas e registrou suas conclusões no livro *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*.

Nisso, a estranheza quanto à flora e suas utilidades, fossem elas farmacológicas ou comerciais, já indicavam a potencialidade da região e da necessidade de conhecê-la melhor, como também de explorá-la. Assim, na narrativa, o viajante fala também sobre a natureza dos indígenas.

Todos os índios da América, das diversas regiões que tive ocasião de percorrer, pareceram-me ter certos traços de semelhança uns com os outros; e, tanto quanto é permitido a um viajante que não registra as coisas senão de passagem, suponho reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter. A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de providência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> CONDAMINE, C.-M. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas. **Senado Federal (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros)**, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000073.pdf>, p.60.



A adjetivação nesse trecho da descrição de La Condamine é diametralmente oposta ao deslumbre quanto à fauna ou com a busca dos mitos da região. A população é largamente qualificada: insensível, apática, estúpida, com limitação em ideias, faminta, pusilânime, embriagada, inimiga do trabalho, indiferente à glória, honra ou reconhecimento, incapaz de previdência e reflexão, pueril, não pensa e, por fim, não saem da infância.

Ainda a título de exemplo, no início do século XX, desta vez sob a direção de Euclides da Cunha, ocorreu a missão oficial do Ministério das Relações Exteriores entre 1905 e 1906. Desta experiência resultou uma publicação póstuma, com o título revelador da percepção do intelectual em relação à Amazônia, a saber, *À margem da História*, de 1909.

Cunha expressou seu espanto frente a pujante floresta equatorial. Segundo ele, o homem era um invasor no espaço mais fabuloso e opulento que a natureza criara. Em suas primeiras impressões, afirmou:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...<sup>4</sup>

A natureza e a História são consideradas por Cunha como revolta, desordenada, incompleta e a selvagem estaria à margem da História e da pátria. Constata, com assombro, que mesmo ele é um estrangeiro nas terras amazônicas.

A relação com a pátria ou a falta dela demonstra a percepção do autor quanto à ausência do Estado na região, mas nos permite também inferir que a concepção de Euclides da Cunha quanto ao que chamava de Pátria, de Nação ou de República, nem de perto se parecia com o que encontrara no Acre, transformando-o em um estrangeiro. Quando Cunha alude a contraposição entre a pátria sem terra e a terra sem pátria, inventa, de certo modo, a necessidade de incorporação desse território aos domínios da pátria. Em decorrência da extraterritorialidade experimentada, Cunha constata que a Amazônia é o lugar do degredado, sobretudo do nordestino, que migrava para o sudeste para fugir das secas e para os seringais da Amazônia.

<sup>4</sup>CUNHA, E. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 1



Para Cunha, o gigantismo da floresta conduz a vida da população local. Vê nos povos que vivem na Amazônia um esforço do homem para a adaptação ao meio físico, pois “aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem”. É essa condição do ambiente local que conduz os homens de lá a uma “vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das ideias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoísticos”.

Assim, a floresta é demasiado forte para o homem: “A volubilidade do rio contagia o homem”. Entretanto, é um cenário monótono que dá a “impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios”, isto devido a dificuldade na fixação do homem. Em decorrência dessas condições, somente para o “homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o”. Desta feita, caracterizando a falta de apropriação desta população para o progresso em virtude da paisagem que gera “em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril”.<sup>5</sup>

As duas narrativas tomadas como exemplo possuem, a meu ver, coisas em comum. A primeira, e mais óbvia, é o espanto dos viajantes com a opulência da floresta amazônica. A segunda é o tratamento da população local.

A despeito de entendimentos distintos entre os dois autores sobre as razões para o comportamento da população local, ambos expressam - à sua maneira - uma contraposição entre o homem civilizado e o homem selvagem. A terceira aproximação entre os autores é mais sutil. Ambos constroem, mesmo sem nomear, uma fronteira amazônica.

Em um artigo publicado na revista *Estudos Avançados*<sup>6</sup> tratei da criação e da ocupação da fronteira amazônica e de seus estudos ao longo do século XX. Na ocasião, busquei debater o tema fronteira procurando me distanciar das descrições, das análises e das narrativas sobre as diversas formas da ocupação realizada na região amazônica. Para isso, outros pesquisadores já haviam trabalhado com bastante competência. Nisso,

---

<sup>5</sup> *Ibidem. Passim*

<sup>6</sup> RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013.



interessava-me, outrossim, compreender quais mecanismos foram utilizados para a constituição da Amazônia enquanto uma fronteira interna. Ou seja, antes dos projetos, constituía-se, primeiramente, definições sobre a Amazônia e de seus potenciais, para, em seguida, propor intervenções que transformassem a potência em ato. Tendo em vista que tais definições não são perenes, bem como a própria fronteira e sua delimitação, podem ser alteradas ou vencidas nas disputas políticas e/ou conceituais.

Não tratamos a fronteira enquanto um marco corpóreo, mas enquanto uma representação. Entendemos que os limites estabelecidos com base em características físicas (relevo, bioma etc.) ou mesmo limites fixos (uma vez que a intervenção humana produz novos espaços) seriam arbitrárias e alicerçadas numa concepção positivista da região. É o devir histórico que constrói fronteiras. Em suma, a fronteira é um produto sócio-histórico e, por isso, objeto de conflitos, divergências, disputas etc.

É a partir dessa perspectiva que procuramos compreender as formulações sobre a fronteira Amazônica, mesmo no tempo presente. Compreendemos que a criação do conceito de fronteira é possível, primeiramente, a partir de uma classificação que implique no reconhecimento ou na criação de diferenças. Esta criação, todavia, é produto da criação humana e dos princípios que conduzem o seu pensar, isto é, podem estar alicerçados em referências científicas, teóricas, políticas, religiosas, econômicas etc. Delimitar, por isso, constitui-se num ato de poder.

A etimologia da palavra região (regio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.). *Regere fines*, o ato que consiste em “traçar as fronteiras em linhas retas”, em separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado.<sup>7</sup>

Esse poder de delimitar, que estabelece o *limes* e a fronteira, não se faz sem conflitos, pois é, sobretudo, um poder sedimentado na realidade sóciohistórica e permitiu que o poder se transformasse em poder de nomear e de dizer o que é fronteira. Por ser

<sup>7</sup> BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 113-114



histórico é, substancialmente, transitório. Enfim, reside na compreensão do processo histórico a possibilidade de identificar a volatilidade da fronteira.

No presente artigo, procurarei exemplificar como se deu uma das tantas construções em disputa sobre a fronteira Amazônica e de suas potencialidades econômicas. A formulação pretendia tornar-se hegemônica para que pudesse nortear as ações do Estado brasileiro na região. Para isso, fiz a opção de, primeiramente, compreender como se construiu a política mineral no Brasil, tendo em vista que a Amazônia apresentava um grande potencial para tal atividade.

Não me interessou, todavia, enumerar ou classificar as ações do Estado na Amazônia, mas, as demandas produzidas por organismos da sociedade civil do setor da mineração, construíam um discurso capaz de tornar a atividade como a alternativa para o desenvolvimento nacional e, concomitantemente, geravam uma definição de Amazônia para esta finalidade econômica, tornando-a uma nova fronteira mineral.

A delimitação temporal do trabalho – da década de 1930 a de 1960 – é determinada pela vigorosa inflexão do Estado brasileiro para o processo de industrialização brasileira iniciada no período Vargas, e finaliza com a criação do Ministério das Minas e Energia, em 1960, quando muitas das demandas do setor se tornariam políticas de Estado prioritárias, inclusive as ações para a Amazônia.

### **Breve história da construção política mineral brasileira: agências e agentes**

A Constituição de 1891 foi um marco para a política mineral no Brasil. Com a definição de propriedade do subsolo vinculada à propriedade do solo, a carta magna autorizava a atividade mineradora àqueles que fossem proprietários em seus estados, cabendo a cada unidade da federação legislar sobre o aproveitamento das minas e da água. A partir de então o Estado brasileiro passaria a fomentar essa atividade, mesmo que abrisse mão do controle do subsolo brasileiro.

Sendo assim, uma das primeiras iniciativas foi a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), em 1907, pertencente ao Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, que tinha por finalidade “a realização de estudos científicos da estrutura geológica, da mineralogia e dos recursos minerais, objetivando o aproveitamento dos recursos minerais e das águas superficiais e subterrâneas”<sup>8</sup>. Essa

<sup>8</sup> MELO, D. J. Origens do Museu de Ciências da Terra do Departamento Nacional da Produção Mineral – RJ, 2012. Disponível em:  
<[http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675\\_ARQUIVO\\_MELOArtigo2.pdf](http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675_ARQUIVO_MELOArtigo2.pdf)>  
Acesso em: 2016 ago. 2016.



agência funcionou até 1934, quando foi incorporada ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que nesse momento era liderado pelo Tenente-Coronel Juarez Távora. O DNPM, cujo primeiro diretor foi Domingos Fleury da Rocha, estava subdividido em quatro setores: Serviço de Fomento, Serviço Geológico e Mineralógico, Serviço de Águas e Laboratório Central.

Foi durante o governo provisório de Vargas que se editou o Código de Minas, por meio do Decreto Nº 24.642, de 10 de julho de 1934. As alterações na política mineral brasileira faziam efervescer os debates em torno do tema. Um dos opositores às recentes alterações fora o professor Luciano Jacques de Moraes, cuja formação era Engenharia Civil e de Minas e atuava como professor na Escola Polythécnica do Brasil. Ele afirmava que o código era bem-vindo, porém acabava na prática impedindo a mineração no país, devido às exigências estabelecidas para a concessão de lavras e de jazidas.

Assim, os limites estabelecidos para o capital estrangeiro participar da atividade mineradora no país foram fixados em no máximo 40% do capital total do empreendimento, exigindo-se, assim, a associação com o capital nacional. Convém destacar que aqueles que se opunham ao Código de Minas. Nisso, alegavam que a atividade mineradora, pelas suas próprias características, necessitava de um investimento inicial de capital e tecnologia bastante vultosos. Segundo eles, a disponibilidade de tecnologia e de capitais nacionais para este tipo de indústria no Brasil não existia, ou, se existisse, não seria aplicada em uma atividade cujo retorno era lento, gradual e, por vezes, constituía-se num negócio de alto risco.

Dessa forma, os debates em torno do tema e a crescente mobilização de profissionais e de empresários (nacionais ou não) foi o combustível necessário para a criação de organismos civis que passariam a congregar intelectuais, a formular propostas para a atividade mineradora no país e a ocupar, cada vez mais, os postos em agências governamentais.

Em 1936, era fundado o Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia (IBMM), com sede na Escola Polytéchnica do Rio de Janeiro. No rol dos sócios-fundadores, encontramos o apoio decisivo de empresas de mineração (sócios-cooperadores) que contribuíram para aparelhar o Instituto, como também para elaborar e veicular uma revista bimestral. Na lista dos sócios-fundadores são 279 assinaturas. Desta totalidade, 130 eram engenheiros. 59 sócios estudantes. Dentre estes profissionais, tiveram relevante participação os professores que atuaram como potenciais formadores e recrutadores de novos quadros para o Instituto. Ao todo, eram 9 da Escola Polythécnica do Rio de Janeiro,



4 da Escola de Minas de Ouro Preto, 3 da Escola Politécnica de São Paulo, 3 de universidades alemãs, 2 da Universidade do Distrito Federal, 1 da Escola Nacional de Agronomia e 1 da Escola de Agricultura de Piracicaba.

Essa agência contava inicialmente com a colaboração de 15 sócios-cooperadores, onde figuravam empresas de mineração e importadoras de ferramentas para a atividade. Revelador, entretanto, é o grande número de fundadores ligados ao (DNPM). Ao todo somavam 69. Ademais, eram 40 do Serviço de Fomento, 19 do Serviço Geológico e Mineralógico, 9 do Laboratório Central e até mesmo o Diretor Geral do DNPM, Domingos Fleury da Rocha, cujo mandato na agência do governo se estenderia até 1938. Em suma, todos os diretores desse órgão até o ano de 1966 foram sócios-fundadores do IBMM<sup>9</sup>, o que evidencia a capacidade do grupo de congregar agentes na busca de tornarem-se protagonistas das reivindicações na área de atuação e da geração de políticas para o setor no seio do Estado restrito<sup>10</sup>.

O IBMM se propunha como meta fundante soerguer a indústria extrativa mineral brasileira. A participação de estudantes e de seus professores no instituto garantia que, independentemente da expressão numérica de adesão a seu programa e de suas propostas, construiriam o debate nos centros formadores dos novos engenheiros, colocando na ordem do dia as questões levantadas pelo grupo de profissionais.

A atividade mineradora, tratada como elemento fundamental para o progresso da indústria nacional, produzia, por decorrência, práticas ajustadas à estrutura industrial que se formava no Brasil. Ora, ao considerarmos a atuação dos intelectuais do IBMM como professores, veremos que os problemas levantados por esse instituto, como também suas propostas e ideais. Em outras palavras, teriam um solo bastante fértil para garantir sua continuidade, se não como agência, mas como ideais e metas para o setor como um todo. Uma das concepções que vigoraria nos anos posteriores era a de que a atividade mineradora seria vital para a soberania e o desenvolvimento do país, transformando-se em um discurso recorrente.

---

<sup>9</sup> Domingos Martins Fleury da Rocha (1934-1938), Luciano Jacques de Moraes (1938-1942), Antônio José Alves de Souza (1942-1948), Mário Abrantes da Silva Pinto (1948-1951), Avelino Ignácio de Oliveira (1951-1961), Sylvio Barbosa (1961-1962), Fernando Lacourt (1962-1963) e Irnack Carvalho do Amaral (1963-1966).

<sup>10</sup> O conceito de Estado restrito, grosso modo, é derivado do conceito gramsciano de Estado Ampliado ou Integral. Para Gramsci, o Estado é compreendido como a relação entre setores da sociedade civil (de suas demandas e visões de mundo) e da Sociedade Política (agências, instituições do Estado *stricto sensu*), também tratado como Estado restrito. O conceito foi desenvolvido nos Cadernos do Cárcere que, em sua primeira publicação no Brasil, foram intitulados “Maquiavel. A política e o Estado Moderno” e também é tratado nos “Intelectuais e a organização da cultura”





Nesse sentido, a Revista Engenharia Mineração e Metalurgia (REMM) é um capítulo à parte na curta história do IBMM. Lançada no ano de fundação do Instituto, trazia a seguinte proposta:

Um órgão de debate sobre as questões de economia mineral de rápida divulgação dos conhecimentos adquiridos sobre o nosso subsolo; um órgão de defesa serena e honesta daqueles que sempre lutaram pelo soerguimento da única indústria capaz de tornar uma nação independente e forte.  
Aí está um programa para a Revista.<sup>11</sup>

Se este era um programa para a revista, ela buscava aglutinar e unificar as práticas da área da mineração, da siderurgia e da própria industrialização do Brasil, podendo ser concebida como um partido. Na concepção gramsciana, afirma-se que

Os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las universalizá-las. (...) As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política.<sup>12</sup>

Ao analisar os artigos publicados, podemos detectar alguns temas recorrentes que são, de certa maneira, uma bandeira da Revista, do Instituto e dos participantes da entidade. Estes quesitos de luta perene podem ser divididos, apenas para efeito de apreciação, em dois subgrupos: extração e produção mineral e questões políticas (não ignorando a imbricação de ambos).

Concernente ao primeiro, nota-se uma intensa preocupação com a corrida para o Petróleo, incentivando as pesquisas nesta área e trazendo constantemente seus resultados. Esta concentração de esforços pode ser justificada pela importância mundial que assumia o petróleo como fonte de energia, pela carência de exploração fóssil no Brasil e pelas possibilidades de ocorrência no subsolo brasileiro.

Outro objeto de um grande número de artigos e fonte de grande preocupação da revista era o minério de ferro. As reivindicações pela produção deste minério atrelavam-

<sup>11</sup> **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 1, 1936.

<sup>12</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007. p. 201-202



se à crucial questão dos transportes no Brasil (outro objeto de reivindicações políticas constantes), pois se não desenvolvesse uma malha de transportes para o interior do Brasil, não haveria como escoar a produção, seja para exportação, seja para a produção industrial brasileira, cujas principais indústrias encontravam-se na região Sudeste.

No tocante às reivindicações políticas, observamos uma verdadeira batalha política diante dos temas: Código de Minas e a criação de um Ministério de Minas e Energia. A crítica feita ao Código de Minas e suas deliberações pautavam-se nos entraves que o mesmo provocava à participação do capital estrangeiro enquanto investidor (capital e tecnologia) na indústria mínero-metalúrgica.

Já a demanda pela criação de um ministério específico para o setor teve intensa participação de Othon Henry Leonardos, sócio-fundador do IBMM e ativo participante de demais órgãos governamentais ou não. Ele afirmava que somente a criação de um Ministério específico possibilitaria um ataque frontal aos inúmeros problemas relativos ao aproveitamento de nossos recursos minerais, até então tratados dispersivamente pelo Ministério da Agricultura. Desse modo, observa-se que campanha, em 1942, ganhou expressão quando o Gal. Bernardino Corrêa de Mattos Netto elaborou um estudo e lançou o Projeto da Criação do Ministério das Minas e Energia.

O IBMM não funcionou durante muito tempo. No número 27 da REMM, editado em outubro de 1940, o nome do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia não mais apareceria enquanto agência responsável pela Revista, apesar de já não a financiar desde 1938. A partir de 1940 a revista passou a contar com subsídios do DNPM para custear sua edição, além das Escolas Politécnicas e dos profissionais da área de Minas e Metalurgia.

Ademais, durante o período da II Guerra Mundial, a situação financeira da revista se agravou. Com a dificuldade de adquirir papel, quem entrou em cena foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que fornecia o material para que sua veiculação não fosse interrompida. A participação dos anunciantes estrangeiros se encerrou nesse período.

O início dos anos 1940 viu importantes ações do Estado na área mínero-metalúrgica, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e da Companhia Vale do Rio Doce (1942). Essas iniciativas foram prontamente aclamadas pelos profissionais da área. Através de artigos publicados na REMM, observamos saudações diversas, como por exemplo, o artigo acerca da Companhia Siderúrgica Nacional,



intitulado *O maior sonho brasileiro converte-se em realidade*<sup>13</sup>, dando o tom dos discursos relativos às inaugurações da era Vargas e de sua recepção pelos profissionais da área.

Durante o Estado Novo foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM). Enquanto o DNPM era subordinado ao Ministério da Agricultura, o CNMM funcionou sob ordens do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). Abria-se assim a possibilidade de aumentar as pressões em torno da ineficiência da malha viária para atender as atividades mineradoras no país, não somente nas regiões já exploradas, mas para um mapeamento geológico e mineralógico de áreas desprovidas de vias de comunicação. A alocação deste Conselho em outro ministério permitiria o alargamento da atuação dos agentes, reforçando antigas reivindicações construídas em outras instâncias do Estado.

No CNMM, participavam Bernardino Corrêa de Mattos Netto, Edmundo Macedo Soares e Silva (Presidente da CSN), Ernesto Lopes da Fonseca (diretor do INT) e Luciano Jacques de Moraes (diretor do DNPM), demonstrando que o grupo fundador do IBMM permanecia com a capacidade de ocupar espaços importantes nas instâncias políticas e técnicas das agências do Estado.

Em 1944, surgiria a Associação Brasileira de Metais (ABM). Essa agência trouxe em seu nascimento importantes reflexos das alterações que ocorriam no Brasil de então. O primeiro fato a ressaltar sobre a ABM é que, ao contrário do Instituto anterior, tinha sede em São Paulo, cujo crescimento industrial era o mais acelerado e concentrado do país.

A nova associação se dividia em comissões técnicas relacionadas às áreas de pesquisa, áreas tecnológicas e industriais. No ato da fundação, foram criadas 14 comissões: Administração e Economia da Indústria Siderúrgica, Altos fornos, Fornos elétricos, Fornos Siemens-Martin e conversores, Ferro-ligas, Fundição de aço, Fundição de ferro, Laminação, Refratários, Metais e ligas não-ferrosas, Metalurgia de metais não-ferrosos, Metalurgia física e tratamentos térmicos e forjamento.

Esta especialização das comissões e a escolha de seus diretores era justificada pela excelência técnica de seus dirigentes (Tharcísio Damy de Sousa Santos, na Comissão de Metalurgia de metais não-ferrosos), ou à importância política em função da facilidade de trânsito em órgãos do governo (Edmundo Macedo Soares e Silva, na Comissão de

<sup>13</sup> COSTA, P. O maior sonho brasileiro converte-se em realidade. *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 35, 1942.



Administração e Economia da Indústria Siderúrgica) e, em outros casos, a importância dentro do cenário econômico (o empresário Luiz Dumont Villares, na Comissão de Fundação de Aço).

A composição evidenciava a nova relação estabelecida entre as indústrias. Sendo assim, os industriais paulistas, os órgãos governamentais e os agentes filiados à ABM. Com efeito, a crescente participação de profissionais e industriais dentro do corpo diretor da ABM não ficou limitada a Luiz Dumont Vilares, proprietário da Aço Vilares e dos Elevadores Atlas.

Nisso, destacou-se ainda: comissão de Altos Fornos, cujo diretor era Louis Ensch, diretor da Belgo-Mineira; comissão de Ferro-ligas, cujo diretor era Américo René Gianetti, da Eléto-química Brasileira; comissão de Matérias primas, cujo diretor era Ernesto Lopes da Fonseca Costa, também diretor do Instituto Nacional de Tecnologia e membro do CNMM. A nova associação se propunha congregar técnicos que se dedicassem aos assuntos de metalurgia. Porém, enquanto no IBMM os empresários eram basicamente sócio-cooperadores, na ABM, eles assumiam postos-chave na direção da entidade, chegando mesmo à presidência, como ocorreu com Villares.

Desse modo, a relação entre a ABM e o governo se aprofundou nos anos posteriores. Dessa maneira, em 1947 foi criada a Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos, cujos membros eram oriundos da ABM. Faziam parte da comissão: Bernardino Corrêa de Mattos Netto (fundador do IBMM e da ABM, membro do CNMM), Othon Henry Leonardos (fundador do IBMM e da ABM, membro do CNMM e diretor Técnico da Revista Mineração e Metalurgia), Joaquim da Costa Ribeiro (Prof. de Física da Universidade do Brasil) e Marcelo Damy de Souza Santos (diretor do Departamento de Física da USP). A fórmula se repetiu na escolha dos membros da Comissão Revisora do Código de Minas.

A importância desse setor na vida econômica brasileira se acentuava com a industrialização proporcionada durante os anos quarenta. Com o advento do governo Kubitschek, a mineração teve um novo salto, pois foi durante seu governo que outra antiga reivindicação desse grupo saiu do papel: o Ministério das Minas e Energia, que representava, enfim, a maioria da indústria de mineração, dado o papel estratégico que ocupava para o Plano de Metas.

Nesse cenário, a presença do DNPM dentro do ministério da agricultura se tornou anacrônica e sem sustentação política, devido ao crescimento do setor dentro do quadro econômico nacional. Assim, a criação do Ministério das Minas e Energia representou uma



recomposição política no quadro ministerial, atendendo às modificações e reivindicações do novo centro dinâmico da economia. Após reivindicações constantes dos profissionais e industriais ligados ao setor, o Ministério foi criado. Neste momento, a indústria de mineração já se transformara num dos principais elementos da economia nacional.

A criação do Ministério foi resultado de pressões diversas dos profissionais da área ou de empresários nos organismos do Estado destinados a tratar das questões relacionadas à política mineral. Segundo Othon H. Leonardos, em artigo intitulado *Demorou, mas veio!*, a criação do Ministério era fruto de um trabalho conjugado. Ele destacou no editorial da Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia, a saber:

Na realidade, o pensamento [de criação do Ministério] foi mantido nos derradeiros 18 anos com fogo latente, reclamado perseverantemente não só pelo CNMM, mas ainda pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, Escola Nacional de Minas e Metalurgia, Sociedade Brasileira de Geologia, Associação Brasileira de Metais, Instituto Nacional de Tecnologia, e sobretudo por esta Revista, porta-voz que é de todos os cientistas, técnicos e industriais mínero-metalúrgicos.<sup>14</sup>

### **Intelectuais orgânicos da política mineral brasileira e a fronteira amazônica: a construção do consenso**

Segundo Gramsci, o conceito de intelectual orgânico pode ser assim definido:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.<sup>15</sup>

Se somarmos a essa definição de intelectual orgânico de Gramsci a noção de partido enquanto um grupo organizado, não limitado à ideia corrente de partido político, teríamos dois conceitos fundamentais que nos fornecem elementos para a compreensão do processo de formação desse setor de atividade econômica e da construção de um pensamento hegemônico em torno da ideia de desenvolvimento e do papel da industrialização nesse processo.

<sup>14</sup> *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, São Paulo, v. XXVI, n. 146, p. 1, 1960.

<sup>15</sup> GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, p.3, 2007.



As reivindicações publicadas pela revista *Engenharia, Mineração e Metalurgia*, fossem elas políticas, econômicas ou com um caráter técnico, baseavam seus argumentos numa suposta luta pela nação.

Em outras palavras, desenvolver o setor era imprescindível para desenvolver o país. Nesse sentido, até mesmo o grande capital (fosse ele nacional ou estrangeiro) era convidado para nacionalizar a indústria mineral, não a partir da presença de capital nacional ou estrangeiro, mas como forma de alavancar um projeto nacional de desenvolvimento. Não importava a origem do capital. Importava, outrossim, o projeto nacional para o desenvolvimento, que teria como carro-chefe a grande indústria, o que era corroborado por Golbery do Couto e Silva.

Mas, no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais.<sup>16</sup>

Se tornava vital que o potencial desconhecido dos recursos minerais do Brasil pudesse ser acessado e explorado. Nesse contexto, a Amazônia ganhou relevo. Dessa forma, para a utilização do potencial amazônico, os intelectuais da ABM intensificaram a exigência sobre meios de transportes para a extração mineral. Logo, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que esse conjunto de reivindicações passaria a fazer parte do discurso hegemônico, transformado em políticas de Estado e ideologizado através do nacional-desenvolvimentismo.

Em 1952, a REMM já noticiava as descobertas de minérios na Amazônia, a saber:

(...) as pesquisas levadas a efeito pelo Sr. Cesário da Silva no Município de Porto Velho revelaram a presença de aluviões com cassiterita. O material foi examinado na Divisão de Geologia e Mineralogia pelo professor Elisiário Távora Filho, que descreveu como constituído essencialmente de grãos negros e pardos de cassiterita juntamente com raros grãos de magnetita e quartzo.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 72

<sup>17</sup> *Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia*, São Paulo, v. XVII, n. 98, p. 91, 1952.



Essa descoberta era muito importante para a industrialização brasileira (o aumento da produção de metais não-ferrosos fazia parte do plano de metas). De nada, porém, adiantaria um minério descoberto e não haver possibilidades de transporte. No início da extração naquela região o transporte do minério era feito por avião até Porto Velho e de lá seguia por via fluvial até a foz do Amazonas, que seguia de navios até o Rio de Janeiro, sendo posteriormente transportado, por via rodoviária, para Volta Redonda, encarecendo o preço final do produto.

Semelhante cenário pode ser observado na extração de Manganês, na Serra do Navio, Amapá, desde 1957. No rio Trombetas, no estado do Pará, a Bauxita seria explorada na década de 60 e, na mesma década, foi detectada a ocorrência de minério de ferro na Serra dos Carajás, também no estado do Pará. Em outras palavras, a incorporação da fronteira amazônica seria fundamental para o desenvolvimento industrial brasileiro.

As demandas por vias de transporte para a região amazônica foram inicialmente atendidas no quinquênio JK (1955-1960), quando duas rodovias abriram os caminhos rumo a Amazônia. Eram elas a Belém-Brasília (BR014, atual BR153) e a Brasília-Acre (BR029, atual BR364). Foi durante a execução do plano de metas que as rodovias foram inauguradas. A primeira, em 1959, passava pelos estados Goiás, Pará e, posteriormente, por Maranhão e Amapá, dando acesso ao extremo Norte do Brasil. A segunda, em 1960, passava pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, tornando-se a única via terrestre para o extremo Oeste do país.

Desse modo, as rodovias eram defendidas como formas fundamentais para o avanço sobre o interior do país. Assim, a rodovia era apontada como condição para o surgimento de novas áreas de colonização.

Nos países novos é necessária a fixação do homem ao *hinterland*. Isso só é possível, e principalmente a fixação de elementos com certa capacidade de produção, quando se proporciona algum conforto à vida rural. A rodovia é hoje a primeira exigência do bandeirante. Sem ela, único meio de transporte fácil e sem grandes inversões de dinheiro, não é mais possível desenvolver regiões novas.<sup>18</sup>

Sobre a abertura da rodovia Belém-Brasília, JK discursou em Manaus:

<sup>18</sup> FRAENKEL, B. *Estradas de Rodagem*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação, 1959. p. 184



A construção da estrada Belém-Brasília, obra do mais autêntico pioneirismo, quebrou o isolamento físico em que permanecia a imensa planície, em relação ao resto do país. Estabelecendo um eixo rodoviário Norte-Sul, essa estrada constituirá forte centro de atração demográfica, numa zona até agora inteiramente despovoada em sua quase totalidade e a vinculará a regiões mais desenvolvidas, no Centro-Sul do país, num esforço épico do povo brasileiro, suscitará na Hiléia Amazônica, a tornar efetiva a posse daquela imensa faixa do território pátrio.<sup>19</sup>

Claro está no discurso de JK a relação estabelecida com as populações locais, ressaltando a ideia de uma “área despovoada em sua quase totalidade” e do “pioneirismo” da obra, que levaria para a região novas ondas demográficas.

Dessa maneira, a razão de ser da obra e das populações que migrariam para Amazônia era estabelecer o vínculo com as áreas desenvolvidas do país. O projeto de desenvolvimento tomaria posse daquela região e de suas populações. Isto é, se pode gerar algum tipo de questionamento, a afirmação de JK desqualifica a população local e estabelece uma definição da Amazônia para o projeto nacional-desenvolvimentista. Em suma, observou-se a partir disso que a perspectiva se renovou quando as rodovias foram inauguradas e promoveram uma Caravana da Integração Nacional.

Na chegada da Caravana, JK os saudava afirmando que cortaram o Brasil “tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora”. O espírito que conduziu os desbravadores, bem como o próprio sentido da palavra, foi o de retirar as populações bravias (ou bárbaras, ou selvagens), introduzindo a lógica civilizatória. Nesse sentido, as estradas fariam com que o país deixasse de ser “um conjunto de aglomerados solitários, para ser um todo, para construir uma unidade não apenas em palavras, mas em fatos”. Com isto, finaliza o discurso confirmando a vitória da civilização.

Viestes de todos os quadrantes do Brasil para provar que o território brasileiro só agora começa a ser realmente conquistado, que só agora efetivamente o vamos conhecer, e dele extrair tudo o que nos deve e pode dar. (...) Esta é uma hora gloriosa para todos nós, porque nos vamos libertando do jugo de nossa própria grandeza territorial, vamos vencendo tudo, e a tudo estamos impondo a lei de nossa vontade e da nossa civilização.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> BRASIL. **Discurso de Juscelino Kubitschek em Manaus, no dia 18/04/56. Resenha do governo de Juscelino Kubitschek.** Brasília: Serviço de Documentação, v. II, 1960. p. 200.

<sup>20</sup> *Ibidem.* p. 200





As estradas abertas transformariam os olhares e desejos sobre a região. A Amazônia, enquanto fonte de recursos econômicos inestimáveis, estava cada vez mais na ordem do dia e a possibilidade do petróleo no Acre trouxe mais alento para o setor.

A respeito do assunto, Olíviero Leonardos, editor da REMM, afirmava que a possibilidade de petróleo seria a grande chance de se ocupar a Hileia. Segundo ele, a Amazônia poderia representar para o Brasil o mesmo que o Oceano Pacífico representou para os Estados Unidos: uma nova fronteira de recursos. No entanto, qualquer desenvolvimento da Amazônia “só poderia se dar de forma artificial e forçada”, segundo o autor, pois não havia como se esperar um desenvolvimento autóctone na região, sendo a única via capaz de formalizar a ocupação da hileia em uma atuação eficaz do Estado através de políticas que assegurassem os transportes e a comunicação com a região.

É importante revelar aqui o que se pretendia ocultar. Ao declarar que não há como esperar um desenvolvimento autóctone da região, o autor ressalta as deficiências encontradas na região. O que não entrava em discussão era qual o modelo de desenvolvimento se defendia para o Brasil e qual o papel das regiões brasileiras nesse projeto nacional. Não estava em debate os sentidos e os significados do desenvolvimento defendido, que era apontado como a salvação e a real independência do Brasil. Para este processo civilizatório, a população amazônica não era apropriada.

Nesse contexto, a Amazônia era reconstruída como fronteira pelos intelectuais da indústria mineral. O lugar surgia como um mito, edênico no caso. O eldorado agora não contava apenas com metais preciosos. Ele deveria abastecer a industrialização brasileira. É uma espécie de mito geológico a ser desvendado. A alternativa capaz de elucidá-lo seria abrir vias de comunicação capazes de penetrar na Amazônia, no que para muitos ainda era o Inferno Verde, e assim revelar a infinidade de riquezas que poderiam ser extraídas.

Menos de trinta anos depois de Cunha, em 1936, uma expedição foi enviada ao Acre. A função do grupo era verificar a existência de petróleo na região. Tanto que no relatório feito por Pedro de Moura, chefe da referida comissão do DNPM, ele descreveu sua experiência. A descrição da floresta e da população local lembram os relatos anteriores. A floresta e a população precisavam ser domadas.

Também devemos levar em conta a resistência e força de vontade dos técnicos durante mais de quatro meses seguidos depois de chegados ao Acre, longe de qualquer povoado ou cidade, isolados numa terra desabitada e desconhecida. Realizamos um tenaz esforço fazendo viagens contínuas umas em seguida as outras, praticamente sem



descanso, lutando contra as intempéries, contra a mata virgem que limita o horizonte a poucos metros e lutando contra a má vontade do trabalhador local, desabituaado a qualquer esforço prolongado. (...) A psicologia do trabalhador regional cujo caráter é uma mescla de nômade imprevidente e indisciplinado à feição da natureza ambiente, é um fator de surpresas para um trabalho racional e contínuo.<sup>21</sup>

Era preciso incorporar na região uma nova racionalidade para o trabalho e para a produção, em decorrência do potencial econômico da região e em função do processo de industrialização e de desenvolvimento que se defendia na época.

Neste mesmo relato da expedição, a dificuldade de comunicação era apontada como um dos problemas centrais para a exploração, ocupação e desenvolvimento da região amazônica. A ideia de vazio e de uma população inadequada ao processo de desenvolvimento ia sendo constantemente revisitada, repetida e acentuada. Não se tratava apenas de interesses localizados pela atividade de mineração, o que se construía era um projeto para o desenvolvimento nacional. E, para este, a industrialização deveria ser o setor privilegiado.

Tais afirmações eram construídas, reelaboradas ou corroboradas por outros intelectuais e outras agências. A exemplo, em Golbery do Couto e Silva<sup>22</sup> revela as etapas para a construção de uma geopolítica brasileira. Ele afirmou que era preciso “Inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteirços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Este-Oeste seguindo o eixo do grande rio”. Ou ainda, ao descrever o que era o interior do Brasil.

E a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva.<sup>23</sup>

A ausência de densidade populacional passou a ser tratada como ausência de populações ou de civilização. Desse modo, Golbery do Couto e Silva traçou estratégias

<sup>21</sup> MOURA, P. Estudos geológicos para pesquisa de Petróleo no Vale do Juruá - Território do Acre. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, 1936. p. 226

<sup>22</sup> SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 74

<sup>23</sup> *Ibidem*. p. 43.



para a ocupação das regiões. O que ressaltado é que ao demarcar a fronteira externa, ele também construiu as fronteiras internas. No caso da Amazônia, em especial em seus limites norte e oeste, desqualifica-se a região por sua “natureza selvagem”. A identidade regional negativa se reforçava através da imagem da incapacidade criadora do homem amazônico, transformado assim em fator o risco geopolítico, o que era um perigo à soberania nacional. Caberia ao Estado, enquanto o agente qualificado, na figura de suas Forças Armadas ou de seus planos de desenvolvimento e de colonização, transformar ou socorrer essa identidade negativa e fraca; por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania.

Foi durante a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas, que vimos a consolidação dos objetivos recorrentemente reivindicados. As rodovias abertas inauguravam a possibilidade de intensificação da extração mineral na região. Essa constante recriação da Amazônia não foi findada em 1960, o que se tornou recorrente nos anos posteriores, sobretudo entre 1964-1985, época em que a política do Estado brasileiro criou o clássico argumento “integrar para não entregar”. Mas, a integração tinha o seu preço e a determinação dos propositores do desenvolvimento.

No início de 1967 foi aprovado o Plano Diretor da Amazônia para o quinquênio 1967-1971, época em que um conjunto de ações do Estado brasileiro deflagrou a Operação Amazônia. O plano especificava as ações a serem tomadas, dividindo-as em setores, tais como: recursos naturais, recursos humanos, educação e saneamento, extrativismo, infraestrutura econômica, agropecuária e abastecimento e industrialização<sup>24</sup>.

No setor de recursos naturais, ficavam estabelecidas as seguintes metas: prospecção, pesquisa e experimentação de recursos naturais, além de estudos, projetos e programas para seu aproveitamento racional.

No setor de recursos humanos, determinava-se que deveria ser facilitado o “influxo de correntes migratórias qualificadas, para os diversos setores da economia”. Nisso, deveria ser promovido o seu entrosamento com as populações locais, sob condições que, evitando os entraves, atenuassem os possíveis choques culturais. Determinava-se ainda que promovessem treinamentos para o pessoal qualificado,

<sup>24</sup> BRASIL. Decreto Nº 60.296, de 03 de março de 1967. **Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências**, Brasília, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



possibilitando o intercâmbio, tanto no interior, quanto no exterior do país. Mas, o que mais chama-nos atenção é a parte dedicada ao treinamento do trabalhador agrícola, que afirma que haja o “treinamento do pessoal dedicado às atividades agrícolas, de modo a melhorar os métodos de trabalho e, por conseguinte, engajá-los no processo desenvolvimentista”. Para isso, deveria ser adotado o procedimento de “levar às comunidades rurais e urbanas a tomada de consciência da problemática regional, a fim de que possam desejar o desenvolvimento e contribuir para o mesmo”<sup>25</sup>.

Essa consideração nos leva a perguntar: qual era a problemática regional que precisava ser conhecida? Independentemente do que viesse a ser, a resposta já estava dada subsequentemente, na medida em que precisariam desejar o desenvolvimento. O problema era produzido e a solução era dada na mesma sentença. Tanto o problema quanto a sua resposta não foram produzidos na Amazônia.

### **A potência e o ato: o “outro braço da cruz” no Complexo Madeira**

A construção e consolidação de um discurso capaz de tornar-se hegemônico não se dá sem conflitos. O papel dos intelectuais orgânicos de um dado setor é de primordial importância para gerar a coesão do próprio segmento para, em seguida, ser capaz de imprimir a direção aos demais setores da sociedade.

O Brasil, durante o Período Imperial até a queda de Washington Luís, teve como principal setor da economia a agricultura de exportação. O princípio de uma suposta vocação agrícola era o argumento que legitimava o maciço investimento no setor e atuações do Estado no sentido de favorecê-lo. Um exemplo das isenções fiscais e das benesses do Estado, sob o argumento de defesa do setor, pode ser confirmado na política de valorização do café (Convênio de Taubaté).

Ali, observou-se que as demandas dos cafeicultores encontraram eco no governo de Afonso Pena (1906-1909), que passaria a comprar os excedentes da produção para garantir os preços internacionais<sup>26</sup>. A ação privilegiou os interesses dos plantadores e garantiu-os contra as oscilações da produção e da demanda internacional. Depois de intensas disputas sobre a fixação de câmbio, preços mínimos para a saca de café,

---

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. **Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno**, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



graduação da qualidade do café e o papel do Estado no referido convênio, garantiu-se também os ganhos do setor financeiro-mercantil da exportação do café, pois o Estado não assumiu o monopólio<sup>27</sup>. Apesar de ser da época da escravidão, o lema “o café dá para tudo”, continuava a ser repetido e capaz de construir a direção até a década de 1920.

Apesar de fábricas e manufaturas existirem nas cidades do Sudeste e do Nordeste desde a primeira metade do século XIX, foi somente com a Tarifa Alves Branco que se protegeu de maneira mais vigorosa as atividades industriais no Brasil, gerando um crescimento, sobretudo na área têxtil<sup>28</sup>. A partir de 1945, vemos a atuação vigorosa de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, com empreendimentos na área da construção naval, fundição, companhia de navegação do Amazonas, construção ferroviária e iluminação a gás. A incipiente indústria brasileira não fora capaz de produzir um discurso que lhe proporcionasse a hegemonia. Somente a partir dos anos de 1930 que o setor industrial seria capaz de elaborar e criar uma alternativa à agroexportação cafeeira. Necessitaria, entretanto, construir a coesão em seu próprio campo.

Como tratamos anteriormente, a Revista de Mineração e Metalurgia, como órgão de divulgação do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia, pode ser pensada como um partido do setor mineiro-metalúrgico. O IBMM, concebido enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia, conforme proposição conceitual de Antonio Gramsci, fabricava um discurso que visava dar capacidade de direção ao segmento industrial e, em especial, o de sua própria área de produção.

No decorrer de processo de produção discursiva, a região amazônica foi inventada enquanto uma fronteira geológica. No estado de Rondônia, objeto desse dossiê, podemos observar seu resultado a partir de uma dupla transformação da potência do discurso em atos políticos: a província Estanífera de Rondônia e a abertura da BR029 (atual BR364).

Diante de tal cenário, a produção de cassiterita em Rondônia começou a ganhar alguma relevância no final do quinquênio JK. Antes disso, porém, já fora considerado mineral estratégico para a indústria, isto é, devido a sua larga utilização em diversos produtos. Ademais, durante a Segunda Guerra Mundial, a REMM apregoava que:

<sup>27</sup> ROSSINI, G. A. A. Convênio de Taubaté (Verbete). In: ABREU, A. A. D., *et al.* **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2013. p. 20-28. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%80NIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. **Manda executar o Regulamento e Tarifa para as Alfandegas do Império**, Rio de Janeiro, 1844. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387319/publicacao/15741473>>. Acesso em: 26 jul. 2020.



O Estanho é um dos metais estratégicos de máxima importância para a defesa continental. Com a conquista da Malásia pelos japoneses, os Estados Unidos, tiveram seu suprimento reduzido à exportação boliviana. O Brasil produz algum Estanho no Rio Grande do Sul, mas em quantidade insuficiente para seu consumo. Urge, por conseguinte, sejam incentivadas as pesquisas nas zonas em que tem sido encontrada a cassiterita, que são numerosas, como mostra a relação abaixo fornecida pela “Geomina Ltda.”: Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte.<sup>29</sup>

Em 1954, em um estudo elaborado por Othon Henry Leonardos para o CNMM, o Estanho foi novamente incluído enquanto mineral estratégico e, neste momento, já havia sido descoberto o estanho em Rondônia (na época, Guaporé). Em 1959, Rondônia foi responsável pela produção de 18 toneladas de estanho, representando 2,9% da produção nacional. Além disso, em 1960, a produção subiu para 49 toneladas, representando 1,86% da produção nacional. Em síntese, a queda percentual da participação do estado deveu-se a produção registrada em Goiás de 2.188 toneladas<sup>30</sup>.

A respeito disso é importante fazer algumas ressalvas. A extração do estanho em Rondônia era realizada por garimpeiros. O transporte ainda carecia de maior eficácia. Nos primórdios da extração em Rondônia o transporte do minério era feito por avião até Porto Velho e de lá seguia por via fluvial até a foz do Amazonas, de onde seguia através de navios até o Rio de Janeiro, sendo posteriormente enviado por transporte rodoviário para Volta Redonda, onde era transformado. A terceira nota diz respeito à insignificância da produção nacional. Destaca-se que Brasil era responsável por 2,12% do estanho mundial, se comparado aos seis principais produtores do minério da época (Malásia, Bolívia, Indonésia, Nigéria e Congo).

Um dos marcos para a transformação da fronteira rondoniense ocorreu no ano de 1960, com a abertura da BR029. O Plano de Metas do governo Kubitschek tinha metas referentes aos transportes, apontado como um gargalo para o desenvolvimento industrial brasileiro. Dentre todas as metas para o setor de transportes, exceção feita à indústria automobilística, apenas o setor rodoviário conseguiu cumpri-las na íntegra, superando as expectativas planejadas. Nisso, o cumprimento das metas apontava os seguintes

<sup>29</sup> REVISTA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E METALURGIA. Minerais Estratégicos (Nota), Rio de Janeiro, v. VI, n. 34, 1942. p. 120.

<sup>30</sup> RABELLO, A. C. **Produzindo a periferia: Noroeste do Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, p. 207. 1998.



percentuais: reaparelhamento das ferrovias (76%); construção de ferrovias (39,4%); portos e dragagem (56,1%); marinha mercante de cabotagem e longo curso (85%); petroleiros (90,9%); transporte aeroviário (31%). Já o setor rodoviário superou em 24% da meta estipulada para a pavimentação, com 6.202 Km concluídos, até 1960. No tocante à construção superou-se em 24,8% da meta estipulada, pois foram construídos 14.970 km de novas rodovias<sup>31</sup>.

O crescimento rodoviário foi quadruplicado no governo JK, passando de 13.357 km para 26.546 km. Tal investimento no modal rodoviário teve continuidade e, durante os governos militares, a pavimentação de rodovias prosseguiu em andamento acelerado, dando andamento à clara opção rodoviária em detrimento das ferrovias e da navegação marítimo fluvial.

Em relação à região amazônica, o interesse era explícito e reafirmava o propósito de transformar a fronteira.

O Departamento vem realizando, além do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias, rodovias de grande significação política e econômica, como por exemplo, as executadas em longos trechos da BR17 e BR29, empreendimentos pioneiros, visando não só o despertar do desenvolvimento econômico do Amazonas, Territórios do Rio Branco e Acre e Guaporé, como grandes objetivos no conceito internacional.<sup>32</sup>

A abertura da rodovia se deu em 1960, época em que Paulo Nunes Leal governava o Território Federal de Rondônia. Segundo o mesmo, a rodovia teria “saído do papel” depois do encontro de JK com os governadores, quando encaminhou um esboço de uma rodovia ligando Brasília ao Acre, imprimindo no território nacional o que ele chamou de “o outro braço da cruz”<sup>33</sup>.

O impacto da rodovia na paisagem rondoniense foi perceptível durante os anos de 1960, mas, sobretudo, a partir da década seguinte. A primeira mudança pôde ser percebida na atividade garimpeira. Houve nisso a intensificação da migração de garimpeiros para a extração mineral de cassiterita, levando Rondônia ao posto de maior produtor nacional. Ainda em 1962 o território seria responsável por 54,72% da produção nacional. No final

<sup>31</sup> FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o programa de metas. In: GOMES, A. C. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 44-70.

<sup>32</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório do ano de 1956**. Rio de Janeiro: MVOP, 1957. p. 21

<sup>33</sup> LEAL, P. N. **O outro braço da cruz**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1984.



da década, em 1970, seriam extraídas 5.100 toneladas do minério, representando 93,24% da produção nacional. Tal incremento levou o governo central a criar a Província Estanífera de Rondônia (1969), assim chamada pois sua maior parte estava situada no território, invadindo áreas do Amazonas e do Mato Grosso.

A grande alteração, entretanto, seria sentida a partir de 31 de março de 1971, quando o garimpo manual, pelo regime de matrícula, seria fechado. Com a proibição da lavra manual a extração de cassiterita passaria para as empresas, com destaque para a Cia. Estanífera do Brasil (CESBRA).

Com efeito, observamos que Rondônia continuaria a ser o principal produtor nacional até a descoberta da mina de Pitinga, no estado do Amazonas. No final dos anos 1980, o Brasil tornar-se-ia o maior produtor mundial de estanho.

Ademais, a rodovia também seria responsável pela mudança no eixo de ocupação do espaço que se dera, até então, majoritariamente em torno da ferrovia Madeira-Mamoré. Isto passaria a ser a nova referência, tanto que foi ao longo do eixo rodoviário que foram assentados a maioria dos novos colonos, esses que viriam para o novo eldorado propagandeado nos anos de 1970; o eldorado das terras livres. Na propaganda, dizia-se para uma terra sem homens, homens sem terra.

### A guisa de conclusão

Em 1955, Lúcio Martins Meira, que ocupava o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do governo JK, defendia a profecia.

Então, estaria reservado presentemente ao caminhão o papel representado no passado pela tropa de burros cargueiros, no serviço pioneiro dos bandeirantes. Posteriormente, com a melhoria das trilhas primitivas, no asfaltamento de estradas, duplicação de pistas, redução de rampas e raios de curva, seria ainda o caminhão o agente que consolidaria as conquistas territoriais do sertão brasileiro ainda por desbravar.<sup>34</sup>

A defesa que Meira fez das rodovias, seus caminhos e caminhões, como se fossem novos bandeirantes e desbravadores, faz-nos retornar às reflexões teóricas sobre a fronteira volátil que fundamentaram este artigo.

<sup>34</sup> MEIRA, L. M. Política de desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. v. XXI, n. 122, p. 61, 1955.





Se a região de fronteira é delimitada a partir do modelo dominante, o poder de demarcá-la deve ser compreendido e assimilado enquanto um discurso legítimo, levando a uma ação concreta no mundo, e ainda, de alguma maneira, servir ao modelo dominante, como pudemos verificar na ação para o desenvolvimento da Amazônia.<sup>35</sup>

Tal constatação não implica na ausência de discursos contra hegemônicos, produzidos na Amazônia. Ela enquanto região, ao longo do século XX, aparecia como um mito a ser desvendado e desbravado. A própria noção de desbravamento e dos seus bandeirantes, estejam eles em tropas de burros ou na boleia de caminhões, indica a construção do processo civilizador, na medida em que consiste em retirar ou converter os bravos ou bravios desta terra, que são as populações que residiam na região. Lúcio Meira representa, em certa medida, o mesmo estranhamento e a necessidade civilizatória de La Condamine ou de Euclides da Cunha.

No processo de produção de uma fronteira, a partir do ponto de vista dos interesses manifestados pela indústria mineral, a Amazônia era construída, num primeiro momento, como um mito geológico a ser desvendado. A alternativa capaz de elucidá-lo seria abrir vias de comunicação capazes de penetrar no Inferno Verde e revelar a infinidade de riquezas que poderiam ser extraídas para a construção do desenvolvimento nacional. A “nova” região produzida, doravante, tornaria-se um grande manancial de recursos minerais a serem explorados.

Desse modo, a fronteira amazônica que fora construída reiteradamente como uma terra de ninguém ou bravia, estava pronta para ser apropriada e integrada, mesmo que marginalmente ao processo de industrialização brasileiro, justificado pelo nacional-desenvolvimentismo.

A Revista Escola de Minas tornou pública a notícia de que a base de operações de Urucu homenageou o Geólogo Pedro Moura, que passou a ser designada pelo seu nome.

No dia 8 de junho passado, na Província Petrolífera do Rio Urucu, no Alto Solimões, a 600 quilômetros de Manaus, foi inaugurado o Memorial Pedro de Moura, em merecida homenagem ao grande geólogo, pioneiro da exploração de petróleo no país, pioneiro do mapeamento geológico para carvão e petróleo no Amazonas e

<sup>35</sup> RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013. p. 231



descobridor do primeiro campo comercial de petróleo no país, o Campo de Candeias. A partir dessa data, a base de operações de Urucu passou a ser designada de Base Geólogo Pedro de Moura.<sup>36</sup>

A civilização, a cidade moderna e o projeto nacional de desenvolvimento parecem ter saído vencedores. Por enquanto.

**Data de submissão:** 19/08/2020

**Data de aceite:** 28/10/2020

---

<sup>36</sup> REVISTA ESCOLA DE MINAS. Notícias da REM, 07/09 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0370-44672001000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672001000300002)>. Acesso em: 28 set. 2018.



## Referências Bibliográficas

**Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, São Paulo, v. XXVI, n. 146, p. 1, 1960.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BRASIL. Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. **Manda executar o Regulamento e Tarifa para as Alfandegas do Imperio**, Rio de Janeiro, 1844. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/387319/publicacao/15741473>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. **Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno**, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. **Discurso de Juscelino Kubitschek em Manaus, no dia 18/04/56. Resenha do governo de Juscelino Kubitschek**. Brasília: Serviço de Documentação, v. II, 1960. p. 199-200.

BRASIL. Decreto Nº 60.296, de 03 de março de 1967. **Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências**, Brasília, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório do ano de 1956**. Rio de Janeiro: MVOP, 1957.

CONDAMINE, C.-M. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas. **Senado Federal (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros)**, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000073.pdf/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

COSTA, P. O maior sonho brasileiro converte-se em realidade. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 35, 1942.

CUNHA, E. **À margem da História**. São Paulo: Cultrix, 1975.

FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o programa de metas. In: GOMES, A. C. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 44-70.

FRAENKEL, B. **Estradas de Rodagem**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação, 1959.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

LEAL, P. N. **O outro braço da cruz**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1984.

MEIRA, L. M. Política de desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. v. XXI, n. 122, p. 61, 1955.

MELO, D. J. **Origens do Museu de Ciências da Terra do Departamento Nacional da Produção Mineral** – RJ, 2012. Disponível em:



<[http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675\\_ARQUIVO\\_MELOArtigo2.pdf](http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1340656675_ARQUIVO_MELOArtigo2.pdf)>. Acesso em: 2016 ago. 2016.

MOURA, P. Estudos geológicos para pesquisa de Petróleo no Vale do Juruá - Território do Acre. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, 1936.

RABELLO, A. C. **Produzindo a periferia: Noroeste do Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, p. 207. 1998.

RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 230-250, 2013.

REMM. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 1, 1936.

REMM. **Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia**, São Paulo, v. XVII, n. 98, p. 91, 1952.

REVISTA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E METALURGIA. **Minerais Estratégicos (Nota)**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 34, 1942. p. 120.

REVISTA ESCOLA DE MINAS. **Notícias da REM, 07/09 2001**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0370-44672001000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672001000300002)>. Acesso em: 28 set. 2018.

ROSSINI, G. A. A. Convênio de Taubaté (Verbetes). In: ABREU, A. A. D., et al. **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2013. p. 20-28. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%80NIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

